



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE MEDICINA



MARIANA DE SOUZA MELLO FERREIRA

**AS POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO TERAPEUTA OCUPACIONAL NA RESIDÊNCIA
CULTURAL**

Rio de Janeiro-RJ

2016

MARIANA DE SOUZA MELLO FERREIRA

**AS POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO TERAPEUTA OCUPACIONAL NA
RESIDÊNCIA CULTURAL**

Monografia de especialização lato-sensu apresentada à Pós-Graduação da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro para obtenção do título de Especialista em Acessibilidade Cultural.

Orientadora: Melissa Ribeiro Teixeira

Rio de Janeiro-RJ

2016

MARIANA DE SOUZA MELLO FERREIRA

**AS POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO TERAPEUTA OCUPACIONAL NA
RESIDÊNCIA CULTURAL**

Monografia de especialização lato-sensu apresentada à Pós-Graduação da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro para obtenção do título de Especialista em Acessibilidade Cultural.

Aprovada em ____ de _____ de _____ .

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a (Patricia Silva Dorneles)

Prof.^a (Melissa Ribeiro Teixeira)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por me conceder saúde e força para superar as dificuldades.

Aos meus pais, Fatima e Horley pelo apoio e amor incondicional e por entender meus momentos de ausência para me abdicar aos estudos. Vocês se esforçaram ao longo dos anos e eu só tenho a agradecer por todo o sacrifício, que hoje, tento no mínimo retribuir desta forma. Amo vocês e obrigada por existirem e serem essas pessoas tão compreensivas e amáveis.

A minha família pelo amor, apoio e incentivo, principalmente em todos os momentos que precisei.

Ao meu avô Alcy, que sempre me estimulou a estudar, pesquisar, ler e ter amor por este mundo acadêmico. Independente de onde você estiver saiba que todo meu esforço e minha dedicação perante os estudos não teria sido a mesma sem os seus conselhos.

Aos meus amigos, Amanda, Monira e Vanessa pelo companheirismo, incentivo e apoio.

Ao meu namorado Danilo, pelo carinho e força que me proporcionou durante os anos que nos conhecemos.

A Patrícia Dorneles pelo auxílio durante o curso de especialização e no decorrer da residência, esclarecendo questões até então novas para uma recém-formada atuando na área da acessibilidade cultural, e por compor a banca de avaliação do trabalho de conclusão de curso.

A minha orientadora Melissa Ribeiro, pelo apoio e dedicação à elaboração deste trabalho.

Aos professores do curso de Especialização em Acessibilidade Cultural pelo empenho e dedicação.

FERREIRA, Mariana de Souza Mello. **As Possibilidades de Atuação do Terapeuta Ocupacional na Residência Cultural**. 2016. Monografia em Acessibilidade Cultural - Faculdade de Medicina. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

RESUMO

Este estudo visa contribuir para o melhor entendimento sobre a interface cultura e acessibilidade, a partir do relato de experiência a respeito da residência cultural desenvolvida no Museu da Geodiversidade situado na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Buscou-se uma articulação teórica com os artigos e documentos citados nas disciplinas do curso de especialização em Acessibilidade Cultural. Esta experiência possibilitou importantes reflexões acerca da atuação do terapeuta ocupacional em ambientes culturais com base na primeira residência com enfoque cultural.

Palavras-chave: Acessibilidade Cultural; Terapia Ocupacional; Pessoas com Deficiência.

FERREIRA, Mariana de Souza Mello. The Practice Possibilities of Occupational Therapist in the postgraduate. 2016 Monografia em Acessibilidade Cultural - Faculdade de Medicina. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

ABSTRACT

This study aims to contribute to a better understanding of the interface culture and accessibility from the experience report about the postgraduate developed at the Museum of Geodiversity situated in the Federal University of Rio de Janeiro - UFRJ. A theoretical articulation was sought with the articles and documents cited in the current disciplines of expertise in cultural accessibility. This experience has enabled important reflections on the role of the occupational therapist in cultural environments based on the first residence with cultural focus.

Keywords: Cultural Accessibility; Occupational therapy; People with disabilities.

LISTA DE SIGLAS

CCMN	Centro de Ciências Matemáticas e da Terra
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBC	Instituto Benjamin Constant
IGEO	Instituto de Geociências
INES	Instituto Nacional de Educação dos Surdos
MGEO	Museu da Geodiversidade
MINC	Ministério da Cultura
NCE	Núcleo de Computação Eletrônica
PNC	Plano Nacional de Cultura
PR-5	Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro
PRODICC	Programa de Divulgação Científica e Cultural
PROEXT	Pró-Reitoria de Extensão Universitária
SCC	Secretaria de Cidadania Cultural
SID	Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural
SNC	Sistema Nacional de Cultura
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I – TERAPIA OCUPACIONAL E CULTURA: PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTRUÇÃO DA PERSPECTIVA DE ATUAÇÃO	11
1.1 Perspectiva contemporânea das ações da Terapia Ocupacional.....	13
1.2 Contextualização histórica das políticas públicas culturais e a relação da Terapia Ocupacional neste âmbito	15
CAPÍTULO II – PERCURSO METODOLÓGICO	21
2.1 Contexto do projeto e do campo.....	22
CAPÍTULO III – A INTERDISCIPLINARIDADE NA FORMAÇÃO DO TERAPEUTA OCUPACIONAL NA RESIDÊNCIA CULTURAL	27
3.1 Ações Interdisciplinares	31
3.1.2 Ações extensionistas da Terapia Ocupacional e a residência cultural.....	29
3.1.3 Capacitação	33
3.1.4 Capacitação EAD “Acessibilidade em Ambientes Culturais”	35
3.1.5 Eventos como potencializador de disseminação da experiência	36
3.1.6 Apresentação ao museu da Geodiversidade para os estudantes de Terapia Ocupacional da inglaterra	36
3.2 PROPOSIÇÕES PARA A ATUAÇÃO DO TERAPEUTA OCUPACIONAL NOS MUSEUS	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45
ANEXO	

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a interface cultura e acessibilidade é um tema relevante que está em processo de ampliação e visibilidade, graças a mobilizações e iniciativas para que esta pauta ganhasse força com a intenção de garantir o pleno exercício dos direitos culturais propostos na constituição.

Tais iniciativas para esse campo vão ser descritas ao longo deste estudo, todavia no decorrer da história, pessoas com deficiência eram marginalizadas e excluídas da sociedade. Cardoso (2012) aponta que na Antiguidade, observavam-se comportamentos discriminatórios em relação às pessoas com deficiência. À exemplo, na Roma Antiga, o patriarca da família estava autorizado a matar seus filhos nascidos defeituosos, pautada na Lei das XII Tábuas. Gregos, com seu profundo culto ao corpo perfeito alegavam que inválidos e idosos não tinham utilidade no meio social, defendendo a morte para essa parcela da população. Na Idade Média, a deficiência era associada a seres sobrenaturais, provenientes de divindades. Em muitos casos, as pessoas com deficiência eram consideradas bruxos ou hereges, dessa maneira a deficiência era sempre associada a uma imagem negativa.

Apenas no século XVIII, com a carta de Diderot, que houve uma nova mentalidade no qual as deficiências começaram a ser encaradas como situações passíveis de tratamento, surgindo assim o conceito de normalidade perante as deficiências. Atualmente há alguns povos que consideram ainda que a deficiência é consequência de atos divinos (CARDOSO, 2012).

Observou-se que ao longo da história, pessoas com deficiência eram excluídas da sociedade, tornando-o um quantitativo deste público pequeno, diferentemente do que se observa no cenário atual do país.

No Brasil, de acordo com o censo demográfico de 2010, 45,6 milhões de pessoas declararam ter pelo menos um tipo de deficiência, correspondendo a 23,9% da população (IBGE, 2010). Apesar deste quantitativo, é recente nas ações educativas dos espaços culturais a preocupação e atenção para o direito de fruição e consumo cultural das pessoas com deficiência, assim como a temática sobre acessibilidade e cultura é pouco explorada.

Segundo Albinati (2010) torna-se necessário não apenas estudos, mas principalmente a elaboração de práticas culturais políticas para efetivar o direito das pessoas com deficiência.

Nesta perspectiva, observa-se a importância de relatar o papel do terapeuta ocupacional no Museu da Geodiversidade - Mgeo.

OBJETIVO

GERAL

Relatar as possibilidades de atuação do Terapeuta Ocupacional no museu, a partir da experiência da residência cultural no museu da Geodiversidade.

ESPECÍFICOS

- Identificar os recursos/tecnologias existentes para facilitar o acesso;
- Compreender o efeito da acessibilidade nos ambientes culturais;
- Conhecer políticas públicas relacionadas à acessibilidade;
- Entender como a Terapia Ocupacional pode atuar nesses espaços.

CAPÍTULO I – TERAPIA OCUPACIONAL E CULTURA: PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTRUÇÃO DA PERSPECTIVA DE ATUAÇÃO

A Terapia Ocupacional nasce como profissão no início do século XX, especificamente em 15 de março de 1917 em Clifton Springs, New York (KATHLEEN, 2002). A construção do objeto de trabalho da profissão foi desenvolvida e influenciada por profissionais e voluntários de diversas áreas. Apesar da inserção da Terapia Ocupacional no movimento de “Artes e Ofícios”, a atuação da profissão foi inicialmente moldada pelo referencial médico-clínico e suas ações foram direcionadas aos processos de reabilitação física e mental.

O Movimento Artes e Ofícios foi fundado na Inglaterra, no início do século XX por William Morris, mas foi baseado nas ideias antimodernistas de John Ruskin. Este movimento defendia o artesanato criativo como alternativa à mecanização e à produção em massa. Ruskin preconizava o fim da distinção entre o artesão e o artista e propagava um retorno a uma vida mais simples, na qual o corpo e a mente poderiam ser engajados no trabalho gratificante que produzia delicados objetos feitos à mão (CARVALHO, 2010), ou seja, a proposta era usar artes e ofícios como uma ocupação criativa.

Em relação ao Brasil, as primeiras instituições brasileiras que atendiam pessoas com deficiência foram criadas a partir da segunda metade do século XIX. Os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais foram os pioneiros com a fundação de hospitais especializados em atender pessoas com deficiência visual, auditiva e pessoas com transtornos mentais como: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant-IBC, criado em 1854 e o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação dos Surdos– INES, criado em 1855, ambos no Rio de Janeiro, Asilo Provisório de Alienados criado em 1852 e o Instituto Padre Chico criado em 1928 ambos em São Paulo e o Instituto de Cegos São Rafael, criado em 1926 em Minas Gerais (CARLO, BARTALOTTI, 2001).

No mesmo século, houve a criação do Hospício D. Pedro II em 1852, também no Rio de Janeiro. Todas essas instituições foram criadas devido à um único propósito: a vinda da família real para o Brasil.

Segundo Nardi et al (2013) devido à decadência e superlotação do hospital na década de 30 e 40, os usuários foram gradativamente transferidos para a Colônia Juliano Moreira e o Hospital do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro. Em setembro de 1944 concluiu-se a

transferência dos usuários, o hospital foi desativado e entregue à Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

No início do século XX, surgiram novas formas de tratamento baseados nas ocupações, devido ao novo paradigma proposto para os tratamentos psiquiátricos. Os usuários internados participavam de atividades rurais ou oficinas, como as de ferraria, mecânica, elétrica, marcenaria, pintura entre outras, propostas pelos médicos e acompanhadas pela equipe de enfermagem. Esse tipo de tratamento consistia no tratamento moral, sendo que este tratamento fundamentava-se que seria possível introduzir mudanças significativas no comportamento dos usuários com transtornos mentais que consistia em usar amabilidade, firmeza e atenção às necessidades psicológicas e físicas por meio de atividades humanas. Termos como "repressão", "intimidação", "doçura" e "filantropia" passam a ser encontrados no vocabulário técnico cotidiano desta época (PEREIRA, 2004), partindo do princípio de que a organização do ambiente e das ocupações leva à reorganização do comportamento do “doente mental”.

Somente na década de 1940, iniciam-se os programas para reabilitação física no Brasil, devido ao movimento internacional de reabilitação. Os órgãos responsáveis pela divulgação e pela implantação desses serviços eram entidades governamentais e não governamentais, como a Organização das Nações Unidas-ONU, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura- UNESCO, onde se propagava leis protecionistas para as pessoas com deficiência mental e física e preconizavam a implantação de programas para essa população.

Devido a primeira e segunda guerra mundial houve um aumento significativo de pessoas com incapacidades físicas, todavia no Brasil havia uma maior preocupação com pacientes crônicos, que possuíam deficiências congênitas ou que sofreram acidentes de trabalho, trânsito e domésticos. Nesse contexto que surgiram os Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais. Houve então a implantação dos cursos de formação de Terapia Ocupacional preferencialmente na área da reabilitação física, para suprir tais demandas, onde a Terapia Ocupacional era voltada para a reabilitação “do incapacitado”, sendo esta profissão responsável somente por membros superiores e pelas técnicas utilizadas na realização das atividades de vida diária-AVD (CARLO, BARTALOTTI, 2001).

Na década de 50, surgiam as primeiras escolas para formação em Terapia Ocupacional no Brasil, sendo o Instituto de Reabilitação da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

- USP, e a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação - ABBR, no Rio de Janeiro. Em 1963, deu-se a aprovação do currículo mínimo do curso de Terapia Ocupacional e a partir de 1964, o curso de Terapia Ocupacional da USP passou a ter duração de três anos.

Em 1969, a profissão de Terapia Ocupacional, juntamente com a Fisioterapia, foi reconhecida como nível superior.

Devido a intensas mudanças no cenário das políticas públicas brasileiras, muitos terapeutas ocupacionais que trabalhavam na área da saúde mental engajaram-se, no início dos anos 1980, em projetos de desinstitucionalização e da luta antimanicomial, onde se discutia a democratização da assistência psiquiátrica, dinâmicas de exclusão e dominação que desencadearam experiências transformadoras (CARLO, BARTALOTTI, 2001). Tais movimentos foram importantes para desconstruir a lógica das instituições totais, onde questionavam a práxis terapêutica e iniciavam novas construções para uma dimensão histórica e política do seu fazer profissional.

1.1 PERSPECTIVA CONTEMPORÂNEA DAS AÇÕES DA TERAPIA OCUPACIONAL

A Terapia Ocupacional no Brasil avançou em suas conexões com o campo social, através da Resolução N° 383, de 22 de dezembro de 2010, do COFFITO, que define as competências do terapeuta ocupacional neste âmbito. No Art. 1º desta resolução, é definido que “O terapeuta ocupacional, no âmbito de sua atuação, é profissional competente para atuar em todos os níveis de complexidade da política de assistência social, do desenvolvimento socioambiental, socioeconômico e cultural” (BRASIL, 2010). Esta resolução é consequência de mobilizações da categoria entre os anos 1970-1980.

A partir da década de 1990, pautadas nessa nova lógica, amplia-se as atuações intersetoriais, principalmente aquelas relacionadas às lógicas emancipatórias dos sujeitos, ampliando possibilidades e conexões para a profissão. Essa ampliação potencializou a aproximação da área com ações culturais, sendo tais ações geralmente associadas a projetos de oficinas de artes que se encontravam inicialmente em contextos de programas localizados nas políticas de assistência social, onde a arte e a cultura eram inseridas na perspectiva do desenvolvimento social.

Houve mudanças tanto no cenário das políticas culturais quanto na área da saúde, onde ambas se relacionaram, destaca-se que no mesmo período em que se questionavam a desinstitucionalização das instituições psiquiátricas, havia um processo de desinstitucionalização da arte, do artista e das instituições culturais, onde ambas baseavam-se em movimentos emancipatórios. No campo da cultura o objetivo era fomentar o entendimento e o reconhecimento que qualquer cidadão se entenda como sujeito produtor de cultura e das linguagens artísticas resultado de mobilizações de democratização e do fomento à cidadania cultural, desconstruindo a lógica da valorização da arte erudita (DORNELES, 2011). Esta arte é caracterizada por impressões de vanguarda, foram elaboradas por artistas que pensavam para além de seu tempo. Esta época foi marcada pelo uso de técnicas complexas e diferenciadas, onde os produtores da chamada cultura erudita faziam parte de uma elite social, econômica, política e cultural. O conhecimento desta cultura é proveniente do pensamento científico, das pesquisas, visto que erudito significa “aquele que tem instrução vasta e variada adquirida, sobretudo pela leitura” (BECHARA, 2009). Entendia-se que esse tipo de arte não foi elaborado para o público popular e nem visa o reconhecimento geral, mas busca um grupo específico de pessoas que possuem um gosto mais refinado por manifestações artísticas.

Nesta época se instituiu um processo de construção democrática onde se discutiu o conceito de cidadania cultural a partir dos movimentos sociais que ocorreram na periferia, assim como a valorização de outras produções que até então não eram reconhecidas, por exemplo, a arte da loucura, da periferia, entre outros. Tais movimentos culturais iniciaram-se com a descentralização da cultura em Porto Alegre e de cidadania cultural em São Paulo, com a finalidade de implementar uma política de democratização cultural.

A aproximação da Terapia Ocupacional nestas experiências ainda se torna mínima por associar a profissão em ações que articulam saúde-doença, contemplando em sua prática, na grande maioria, o uso das atividades artísticas culturais pautadas na lógica da reabilitação e da assistência dificultando as possibilidades de inserção deste profissional no campo da cultura. Algumas práticas nestes campos dificultam os avanços conquistados com o aporte da noção de cidadania e do direito cultural, no entanto, atualmente, há um significativo grupo de terapeutas ocupacionais atuando em pontos de cultura. As atividades artísticas realizadas nestes espaços se caracterizam como um elemento importante de potência e de sustentabilidade de vínculos aos públicos-alvo destas instituições. Torna-se necessário ampliar a atuação do terapeuta ocupacional

para além dos eixos arte-saúde-doença e/ou arte-inclusão social, para o eixo de cidadania cultural com o intuito de promover ações emancipatórias, tanto para os sujeitos envolvidos como para a profissão (DORNELES, 2014).

Dessa forma, a autora sugere que o terapeuta ocupacional deverá atuar em programas e projetos de Acessibilidade Cultural visando o fortalecimento e legitimação tanto cultural como cidadã, *“contribuindo para o acolhimento da diferença em todas as suas potencialidades de criação, fruição e participação, fomentando a produção simbólica e artística da diversidade como patrimônio e expressão de identidade e da cultura brasileira”* (DORNELES, 2013), constituindo assim seu papel como articulador cultural.

Ao longo da história da construção da Terapia Ocupacional desde a sua criação até a sua inserção no Brasil, pode-se observar intensas mudanças em sua prática, sendo estas mudanças cruciais para efetivar a ampliação das ações da profissão.

1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS E A RELAÇÃO DA TERAPIA OCUPACIONAL NESTE ÂMBITO

Segundo Dorneles (2013, p. 01) Ao longo da história da política pública de cultura do Brasil, observou-se mudanças desde o Império até a ditadura militar, *“da perspectiva da tutela, da valorização do artista e do fomento reduzido para o entendimento de cultura como expressão das artes eruditas”*. Percebeu-se que no período da Primeira República (de 1889 até a Revolução de 30) houve um investimento intelectual e político que se direcionava para construção de uma identidade nacional e no governo Vargas potencializou-se a perspectiva de organização das políticas culturais no Brasil com a criação dos ministérios. Neste período se institucionaliza novas formas de fazer cultural e concomitantemente com a abertura política em 1980, José Sarney, presidente da república na época, cria o Ministério da Cultura pelo Decreto 91.144 em 15 de março de 1985.

A política cultural instituída na época é pautada pelo incentivo fiscal de grandes empresas, onde o investimento em cultura esteve centrado na lógica da iniciativa privada, principalmente no governo Fernando Henrique Cardoso-FHC. Neste governo foi utilizada a expressão *“Cultura é um bom negócio”* que sinaliza o paradigma vigente da política cultural da época.

Destacam-se as experiências municipais de administração petista que iniciaram um novo formato de política cultural. É na gestão do presidente Lula com o ministro da cultura Gilberto

Gil que se ampliou o conceito de cultura, traduzindo em ações culturais a perspectiva da democratização e de cidadania cultural.

Ocorreram muitos fóruns e debates para nortear as reflexões no campo da cultura e assim discutir processos culturais. As questões de identidade, território e diversidade foram inseridas nas pautas das políticas culturais. Agenda 21 da Cultura e a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da UNESCO (2005), foram exemplos de fóruns e documentos que nortearam o novo paradigma das políticas culturais.

Na gestão de Gilberto Gil (2003 – 2008) e Juca Ferreira (2008 – atual) houve a inclusão da cultura popular, da cultura indígena, do povo cigano, da possibilidade de expressão estética e artística de pessoas com transtornos mentais e de pessoas com deficiência, além do estímulo às iniciativas culturais comunitárias. Tais atitudes inclusivas traduziram-se na então política da Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural – SID e a na Secretaria de Cidadania Cultural-SCC.

O Brasil ratificou a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da UNESCO (2006). Esta convenção influenciou a promoção do conhecimento, favoreceu a inspiração para o setor criativo e auxiliou a garantir o patrimônio imaterial. A convenção afirma que a diversidade cultural é uma característica essencial da humanidade, reconhecendo conhecimentos tradicionais como fonte de riqueza material e imaterial, principalmente em relação aos conhecimentos das populações indígenas.

Ela contribui para um desenvolvimento sustentável, assim como assegura uma adequada proteção e promoção. Incide sobre as diversas formas de expressão cultural que resultam da criatividade dos indivíduos que refletem o conteúdo cultural de grupos e sociedades com uma dimensão artística e constituída de valores culturais. Essas expressões independentemente dos meios de comunicações e tecnologias transmitem bens e serviços culturais, razão pela qual não podem ser tratados como meros objetos de negociação comercial, desconstruindo a lógica iniciada no governo FHC.

Assim, destacam-se novas ações culturais no âmbito das políticas públicas culturais para a diversidade, cidadania cultural e direitos humanos como as ações: “Loucos pela Diversidade” e “Nada sobre nós sem nós”. Estas se dialogam com o campo da Terapia Ocupacional, na perspectiva de atuação. A oficina “Loucos pela Diversidade” ocorreu em 2007 e foi o resultado da Oficina Nacional de Políticas Culturais para Pessoas em Sofrimento Psíquico e

Vulnerabilidade Social. Essa publicação possui grande relevância, pois aponta diretrizes e ações para o estímulo e difusão para a implementação de políticas culturais para este público, no qual a proposta apoiava a desinstitucionalização e a reforma psiquiátrica. Na mesma perspectiva, a SID atuou com as pessoas com deficiência e em 2008, realizou-se a oficina “Nada sobre Nós sem Nós”, uma oficina nacional de políticas culturais para pessoas com deficiência que em sua publicação aponta ações e diretrizes para a promoção, difusão e acessibilidade, qualificando orientações para uma política cultural para pessoas com deficiência. Nesta oficina um aspecto importante foi o questionamento sobre a acessibilidade cultural da pessoa com deficiência (DORNELES, 2014).

A implementação de uma acessibilidade cultural, inicia-se a partir de recursos como: audiodescrição, reprodução da exposição tátil, comunicação em LIBRAS, estenotipia, Tecnologias Assistivas, entre outros. O novo paradigma das políticas culturais então se volta para uma perspectiva inclusiva, tanto para apoiar a produção a produção estética, artística e cultural como no sentido do direito de fruição e consumo cultural pelas pessoas com deficiência (DORNELES, 2011).

Atualmente no Brasil, o Sistema Nacional de Cultura (SNC) propõe “institucionalizar e fortalecer a gestão pública da cultura, com base num modelo que reúne a sociedade civil e os entes federativos da República, organizados de forma autônoma e em regime de colaboração” (BRASIL, 2011, p.13). A finalidade principal do sistema é garantir que todos os brasileiros exerçam seus direitos culturais, com base também na Constituição Federal, artigo 215 onde “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais” (BRASIL, 2011, p. 30).

O SNC é o principal articulador do Plano Nacional de Cultura (PNC), este auxilia o poder público na formulação de políticas culturais, sendo um conjunto de princípios, diretrizes, estratégias e metas que vão auxiliar na promoção e preservação da diversidade cultural brasileira. O Ministério da Cultura estabeleceu 53 metas, 36 estratégias, 274 ações, sendo este o responsável pelo monitoramento das ações necessárias para a sua concretização. O plano possui validade até o dia 2 de dezembro de 2020. Das 53 metas destaca-se neste trabalho, a meta 29, onde aborda que “100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais precisam estar atendendo aos requisitos legais de acessibilidade e desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural (BRASIL, 2011, p.12). Para se alcançar essa meta, é necessário

cumprir a Lei Federal nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2000).

Neste sentido, entende-se que a Terapia Ocupacional pode contribuir para a elaboração e construção de ações, projetos e políticas nessa área, já que a formação do terapeuta ocupacional é baseada nos direitos humanos e sociais, da saúde mental e das pessoas com deficiência. Além disso, ao longo da formação acadêmica, é bastante utilizada a Tecnologia Assistiva que se configura como um conjunto de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover independente e inclusão (BERSCH e TONOLLI, 2006).

O Brasil é o terceiro maior produtor mundial e grande exportador de Tecnologia Assistiva, esta informação se torna importante, pois instiga uma reflexão acerca da dimensão deste potente recurso que apoia a prática do terapeuta ocupacional. Através deste recurso que se podem desenvolver atividades que envolvem processos criativos e de expressão dos usuários que se referem aos Terapeutas Ocupacionais.

Observa-se que ainda há na Terapia Ocupacional uma informação escassa sobre as propostas de atuação na área da cultura, principalmente pelas experiências dos terapeutas ocupacionais serem em sua maioria, de oficinas na área social e de reabilitação. Entende-se que para inserir terapeutas ocupacionais nas políticas de diversidade cultural, é fundamental que se constitua na Terapia Ocupacional uma formação em políticas culturais. Dessa forma, torna-se relevante e essencial que se aborde este tema no currículo acadêmico, não somente nos currículos da graduação em Terapia Ocupacional, mas observa-se a necessidade de que estes conteúdos estejam incluídos nas licenciaturas e bacharelados de outros cursos para que este tema seja difundido e questionado.

Para se apostar na atuação do terapeuta ocupacional na gestão dos espaços e das instituições culturais formais e não formais, tendo como proposta desenvolver políticas, programas, projetos e ações culturais que proporcionem a receptividade e a acessibilidade, cria-se a proposta da residência cultural, como objetivo difundir e potencializar uma aproximação da Terapia Ocupacional junto às políticas culturais, articulando uma perspectiva de formação e identidade de atuação na área. O Departamento de Terapia Ocupacional e a Coordenação da especialização em Acessibilidade Cultural apostaram na ampliação da inserção dos terapeutas ocupacionais no Museu da Geodiversidade localizado no Centro de Ciências Matemáticas e da

Natureza – CCMN, Ilha do Fundão- Cidade Universitária, onde se criou três vagas para residência cultural, sendo que duas bolsistas selecionadas atuaram junto à coordenação do Curso de Especialização e ao projeto de Acessibilidade Cultural no referido museu. As vagas foram preenchidas por duas ex alunas recentemente formadas do curso de Terapia Ocupacional da UFRJ. A terceira bolsa da residência cultural foi ofertada para uma terapeuta ocupacional do Rio Grande do Sul que atuou junto ao Planetário e ao Núcleo Interdisciplinar Pró-Cultura Acessível ligado ao Programa de Extensão Universitária- PROEXT da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

A parceria entre UFRGS e UFRJ foi construída através da rede de universidades parceiras em formação em Acessibilidade Cultural e da parceria na realização do curso em EAD em Acessibilidade em Ambientes Culturais realizado pela UFRGS no curso de especialização, sendo esta proposta da residência uma consequência do curso de Especialização em Acessibilidade Cultural. Este curso de especialização tem como objetivo capacitar gestores públicos culturais, representantes da sociedade civil, integrantes de pontos de cultura e professores universitários para a constituição de uma rede de articulação, fomento e formação em Acessibilidade Cultural para pessoas com deficiência.

O departamento de Terapia Ocupacional da UFRJ criou em 2010 o curso de especialização em Acessibilidade Cultural. Essa iniciativa partiu de uma política de cidadania cultural para pessoas com deficiência que o Ministério da Cultura retomou a discussão e o fomento a partir da Oficina Nacional de Política Cultural para pessoas com deficiência denominada “Nada sobre nós sem nós”.

O primeiro curso ocorreu em 2013 e neste foram oferecidas cinco vagas ao Fórum de Ciência e Cultura, responsável pelo setor de cultura da universidade. Estas vagas contemplaram produtores culturais e outros funcionários interessados a fazer a especialização que trabalham nos museus e em outros setores culturais da universidade para implementar uma política de Acessibilidade Cultural para as pessoas com deficiência. Do mesmo modo o curso ofereceu ao departamento de Terapia Ocupacional vagas para capacitar Terapeutas Ocupacionais a atuarem nessa área. Na primeira edição do curso, dois terapeutas ocupacionais finalizaram a formação. Na segunda turma, que ocorreu em 2015, havia sete terapeutas ocupacionais. Houve a participação de funcionários das ações educativas do Museu da Geodiversidade, Museu Nacional e Museu D.João VI na primeira edição do curso que aproximou e difundiu a profissão aos setores culturais

da universidade e a sua colaboração na implementação da política de acessibilidade cultural para pessoas com deficiência.

Ao investir na proposta de formação em gestão e ações de políticas culturais para pessoas com deficiência, proposto ao Ministério da Cultura pelo Departamento de Terapia Ocupacional da UFRJ, o MinC atende à diretriz 1 ação 1.2 da Política de Acessibilidade Cultural apontada na Oficina “Nada sobre Nós sem Nós”, (DORNELES, 2013) sendo o curso de Terapia Ocupacional o proponente dessa formação no Brasil e o primeiro de seu tipo criado na América Latina.

CAPÍTULO II – PERCURSO METODOLÓGICO

Trata-se de um estudo qualitativo que se utiliza da observação participante como a principal estratégia metodológica a partir das vivências da residência cultural. Pretende-se descrever e analisar a inserção do terapeuta ocupacional no Museu da Geodiversidade em parceria com a equipe do educativo do referido museu.

Por se tratar de um tema pouco explorado, buscou-se uma articulação teórica com os artigos e documentos citados nas disciplinas do curso de especialização em Acessibilidade

Cultural, além de busca direta em livros e publicações que abordam Acessibilidade.

No período que corresponde a abril/2015 a Fevereiro de 2016 foram realizados os registros que compõem este estudo.

A análise tanto do caderno de campo quanto dos relatórios que incluíram registros, comentários e informações acerca das situações vivenciadas ao longo da residência se tornaram instrumentos relevantes no decorrer do processo da construção deste trabalho. Estes instrumentos permitiram analisar as percepções, dificuldades e limitações do estudo, como também propiciou recordar experiências importantes que serão relatadas no decorrer desta pesquisa.

2.1 CONTEXTO DO PROJETO E DO CAMPO

No segundo semestre de 2013 o Fórum de Ciência e Cultura, através do programa de divulgação científica e cultural-PRODICC abriu um edital que distribuiu bolsas de formação na graduação para mediadores culturais. Este programa tem como objetivo promover a interação dialógica e transformadora entre a universidade e a sociedade, estimulando a difusão e circulação da produção cultural, artística e científico-cultural intra e extramuros, promover, incentivar e institucionalizar a política cultural, artística e de difusão científico-cultural da UFRJ, além de contribuir para a formação cultural, profissional e cidadã, mediante a participação em programas, projetos e ações no campo da divulgação da produção artística e cultural.

A direção da ação educativa do Museu da Geodiversidade ofertou duas vagas de suas bolsas do PRODICC aos alunos de graduação em Terapia Ocupacional, com o objetivo de qualificar e colaborar com a construção da ação educativa acessível a pessoas com deficiência no referido museu.

Havia duas bolsistas de graduação em Terapia Ocupacional no Mgeo, onde estas bolsistas iniciaram seus trabalhos no início de 2014. Não há terapeuta ocupacional no Mgeo, então as supervisões ficaram encarregadas pela museóloga, que cursou a primeira turma da especialização em acessibilidade cultural.

Inicialmente o projeto de acessibilidade iniciou-se com leituras científicas para a construção de um aporte teórico para a formulação de uma cartilha e com acompanhamento das visitas mediadas no museu. Para iniciar um primeiro passo, no que diz respeito à acessibilidade, houve a proposta de elaborar uma cartilha, com o intuito de ser um instrumento de auxílio,

oferecendo dicas e orientações para o atendimento da pessoa com deficiência contemplando à Acessibilidade Atitudinal.

Com a proposta de difundir e potencializar uma aproximação da Terapia Ocupacional junto às políticas culturais foi elaborada a proposta da residência cultural. As terapeutas ocupacionais residentes construiriam em parceria com as bolsistas de graduação de Terapia Ocupacional novas ações para a Terapia Ocupacional em ambientes culturais.

A residência cultural possui uma carga horária semanal de 40 horas, dentre essas 40 horas, as residentes aplicaram o projeto de acessibilidade cultural no museu e trabalharam na coordenação executiva da especialização. Uma semana por mês, ocorreram as aulas do curso de especialização, totalizando 40 horas.

O Museu da Geodiversidade possui uma equipe interdisciplinar voltada para o seu gerenciamento que é composta principalmente por museólogos, educadores, paleontólogos e geólogos (CASTRO, 2011). No decorrer da experiência, bolsistas de Engenharia, Geologia, Geografia, Arquitetura, Ciência da Computação, Design e Bacharelado em Ciências Matemáticas e da Terra juntamente com os profissionais que compõem a equipe do educativo constituída por museólogas e pedagogas contribuíram para a construção e efetivação das propostas de acessibilidade, no que se refere à adaptação e construções de novos jogos, conteúdos informativos acessíveis assim como na elaboração de capacitações visando à sensibilização dos alunos e profissionais, além de divulgarem as Geociências, despertando o interesse da sociedade sobre o tema.

A história da criação do Museu da Geodiversidade está relacionada à formação de um acervo histórico e científico que se iniciou no século XIX.

Com a chegada da família real ao Rio de Janeiro em 1808, o Brasil passou por intensos processos de transformações políticas, econômicas e culturais e herdou uma importante coleção mineralógica trazida por Dom João, a qual passou a fazer parte do Gabinete Mineralógico da Academia Real Militar.

Em 1858, a academia conhecida como Academia Imperial Militar foi desmembrada em Escola Militar e Escola Central. Esta última transformou-se em Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1874, para chamar-se em 1937, Escola Nacional de Engenharia, pertencente à Universidade do Brasil, que passou a ser o local de guarda dessa coleção.

Os trabalhos que necessitavam de conhecimento geológico naquela época eram

desempenhados por geólogos graduados no exterior ou por engenheiros e naturalistas graduados no Brasil. Entretanto, os desafios impostos pela necessidade de recursos minerais e energéticos gerou uma intensa pressão pela criação de cursos de Geologia no Brasil, sendo os quatro primeiros cursos criados em 1957, o quinto foi criado no Rio de Janeiro no ano seguinte.

Em 1961, esse último foi transformado na Escola Nacional de Geologia, que em 1965, foi incorporada à UFRJ, onde já estava depositada a coleção de minerais trazida para o Brasil no século XIX. Durante esse processo de incorporação, ocorreu a união entre a Escola Nacional de Geologia e as primeiras turmas do recém-criado curso de Geologia, por conta dessa junção, todos esses acervos dessas diferentes escolas tornaram-se um só.

Foi criado em 1967 o Instituto de Geociências - IGeo a partir da união entre a Escola Nacional de Geologia e os cursos de Astronomia, Geografia e Meteorologia, assim, todo o acervo passou para sua responsabilidade.

Transcorridos quarenta anos desde essa época, em comemoração ao jubileu de ouro de criação do primeiro Curso de Geologia no Rio de Janeiro, foi criado o Museu da Geodiversidade, com o objetivo de guardar e divulgar o acervo reunido por discentes e docentes.

O Museu da Geodiversidade foi criado em 2007 pelo IGeo e localiza-se na Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

A criação do MGeo teve como missão e objetivos:

- I* – Interpretar, documentar, preservar, conservar, restaurar, expor e comunicar as coleções do Instituto de Geociências.
- II* – Viabilizar a compreensão de que o Planeta Terra está em constante evolução e que não há separação entre a vida e o substrato onde ela se desenvolve e o homem atua.
- III* – Estimular a preservação do patrimônio cultural e natural constituído pela Universidade Federal do Rio de Janeiro ao longo de sua existência, bem como estimular a importância de valorização das paisagens naturais como patrimônio;
- IV* – Realizar exposições para divulgação do conhecimento acadêmico das Geociências produzido e disseminado no âmbito universitário, demonstrando a sua importância para as atividades econômicas e para a melhoria das condições de vida da população (desenvolvimento sustentável);
- V* – Desenvolver atividades educativas voltadas para o ensino das Ciências da Terra na Educação Básica e na sociedade em geral, sensibilizando os participantes a compreender os eventos geológicos, sua magnitude e implicações para as atividades humanas.

VI – Apoiar os docentes e discentes do Instituto de Geociências e demais institutos interessados a conhecer e refletir sobre diferentes maneiras de processar o conhecimento acadêmico relativo às Ciências da Terra em espaços de educação não formal (MGEO, 2008 apud CASTRO 2014).

O Museu abriga a terceira maior coleção de fósseis do Brasil, compreende aproximadamente 20.000 minerais, rochas, solos e fósseis, além de fotografias, instrumentos de uso em geociências, mapas, documentos e livros raros (CASTRO *et al.*, 2011). Seu acervo dispõe de materiais como meteoritos, minerais e rochas raras coletadas, além de ser constituído por coleções de icnofósseis, reconstituições, coleções didáticas, arqueológicas e histórico-científica.

O museu iniciou sua primeira uma proposta inclusiva através do projeto intitulado “Um museu para todos: adaptação da exposição Memórias da Terra (Museu da Geodiversidade – IGEO/UFRJ) para inclusão na pessoa com deficiência” ao edital 02/2013 - PRÓ- CULTURA E ESPORTE da Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ (PR-5), onde se levava em conta a necessidade de adequação dos espaços museológicos às necessidades diversas de seu público, priorizando a acessibilidade, a qualidade no atendimento e o direito ao acesso à cultura e à ciência. Através deste projeto, aprovado em fevereiro de 2013 foi possível receber recursos e inicialmente duas bolsas de extensão para introduzir a proposta de acessibilidade no museu.

No início do projeto, percebeu-se a necessidade de trabalhar a sensibilização da equipe, concluiu-se que era necessário atuar, na fase inicial do projeto, na ampliação da Acessibilidade Atitudinal, através da capacitação e sensibilização da equipe e da Acessibilidade Comunicacional, ampliando as formas de comunicação.

Destaca-se que a Acessibilidade Comunicacional, refere-se que não se devem ter barreiras na comunicação, tanto visual como escrita e a Atitudinal aborda que não se devem ter preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações nas pessoas em geral (SASSAKI, 2006).

O Museu da Geodiversidade possui um circuito expositivo com cerca de 600m², onde são montadas exposições de longa duração. A exposição atual chama-se *Memórias da Terra*, foi inaugurada em setembro de 2011 e está subdividida em 12 módulos: **a) Abertura**; **b) Terra: um planeta em formação**; **c) Terremoto**; **d) Minerais: frutos da Terra**; **e) Mares do Passado**; **f) E a Vida Conquista os Continentes...**; **g) Feras do Cretáceo**; **h) Paleojardim**; **i) A Era dos Mamíferos**; **j) Os Primeiros Americanos** e **k) Tecnógeno, Uma Realidade**.

Esta exposição contém recursos sensoriais para facilitar o entendimento das pessoas que possuem deficiência. Na entrada do museu é possível observar um quadro que possui o Monteiro Lobato explicando um pouco sobre o que o visitante irá encontrar ao longo do museu. Este quadro possui um sensor que, quando detecta a presença dispara o áudio.

Na primeira sala que corresponde a “*Terra: um planeta em formação*” há meteoritos e um objeto de grande porte que simula a Terra Primitiva. O visitante tem a possibilidade de tocar na peça e sentir as crateras, na mesma sala há um vídeo esclarecendo a formação do planeta. Anexo a esta, virá à sala “*Terremoto*”, onde esta possui um chão interativo no qual, o visitante ao tocar o solo, é criada uma projeção no chão, através de um vídeo com áudio de um vulcão em erupção visto de cima, onde é possível ver o magma e a lava.

A próxima sala se chama “*Minerais: frutos da Terra*”, há diversos minerais nesta sala e há um geodo de ametista com aproximadamente três metros que pode ser tocado, auxiliando o aprendizado. Nesta sala o único elemento que pode ser tocado é o geodo, os demais estão expostos em estantes fechadas por vidro.

Logo após a esta, é possível encontrar a sala “*Mares do Passado*”, onde o visitante tem a possibilidade de tocar em uma grande peça de estromatólito, em uma formação ferrífera bandada, em marcas de ondas preservadas, além de estruturas biogênicas. Esta sala dispõe de dois vídeos explicativos sobre a diversidade de mares e organismos aquáticos que já existiram, além de diversos elementos que se encontram em vitrines de vidro.

A passagem desta para “*E a vida conquista os continentes*” é feita através de cortinas com estampa de plantas. Nela estão expostos os primeiros répteis vertebrados, vegetais e carvão mineral, entretanto, os únicos elementos que podem ser tocados nesta sala são o tronco fossilizado, Diamictitos e grandes coníferas que dão passagem para a sala “*Feras do Cretáceo*”. Nesta sala, há grandes réplicas em gesso de dinossauros, fósseis e icnofósseis estão dispostos em vitrines. É possível entrar em uma estrutura de vidro que se assemelha a um corredor, que contém um painel com desenhos de dinossauro. Esta sala dispõe de um vídeo sobre o *Baurusuchus Salgadoensis*.

A próxima sala “*Paleojardim*” é o único compartimento a céu aberto, nele há fósseis, capitéis de calcário e plantas que são chamados de “fósseis vivos”. Todos os elementos que estão dispostos podem ser tocados.

Ao final desta sala, inicia-se a “*A Era dos Mamíferos*”, onde há uma réplica do *Carodnia viera*, meteoritos e o *Purussauros brasiliensis*, o único elemento que pode ser tocado.

Adjacente a esta, inicia-se “*Os Primeiros Americanos*”. Nesta, o visitante se depara com pinturas rupestres, fósseis, uma reconstituição de um dos primeiros macacos americanos, com a presa de um mastodonte e uma imagem da primeira americana descoberta, a Luzia. Os únicos elementos que podem ser tocados nesta sala são a Luzia e as pinturas rupestres.

A última sala chama-se “*Tecnógeno, Uma Realidade*”. Contém um totem que mostra a passagem do ser humano a partir dos resíduos por ele deixados, duas fotos de plataformas que captam petróleo, alguns frascos que contém petróleo, uma instalação interativa e um painel de microfósseis. Os únicos elementos que podem ser tocados são os dois últimos mencionados.

Os vídeos que estão dispostos nas salas no decorrer da exposição não possuem tradução em LIBRAS e as etiquetas que estão presentes em todo o acervo não estão em Braille. Há uma grande circulação no espaço expositivo e todos os objetos dispostos no chão apresentam uma altura que facilita a circulação de uma pessoa com deficiência física ou mobilidade reduzida. Constata-se que no decorrer da exposição, o visitante pode experimentar diversos recursos para facilitar o seu entendimento acerca das geociências.

As residentes, assim como os trabalhos dos alunos referentes às disciplinas do curso de especialização em Acessibilidade Cultural voltam suas ações para esta exposição e auxiliam assim na construção de um projeto de acessibilidade para o museu.

CAPÍTULO III – A INTERDISCIPLINARIDADE NA FORMAÇÃO DO TERAPEUTA OCUPACIONAL NA RESIDÊNCIA CULTURAL

Considerando o grande quantitativo de pessoas com deficiência, o direito à participação à vida cultural e a importância da Terapia Ocupacional neste âmbito, identificou-se algumas

propostas de atuação para viabilizar as ações deste profissional no campo da Acessibilidade Cultural.

As Propostas de ações para os terapeutas ocupacionais na residência cultural.

Visando a formação de público, a proposta inicial era que o residente desenvolvesse atividades que auxiliariam na divulgação de propostas inclusivas no Museu da Geodiversidade. Essas atividades consistiam em: realizar contato com instituições que trabalham com pessoas com deficiência, elaborar um levantamento de instituições, principalmente culturais que trabalham com pessoas com deficiência e assim, estabelecer parcerias com os projetos de extensão que estão inseridos na graduação em Terapia Ocupacional, auxiliar na formação de banco de dados com esses contatos e organizar o envio de mala direta informando sobre o trabalho do Mgeo para essas instituições. Assessorar a recepção do público, auxiliando os demais mediadores e construir uma avaliação de público através da confecção, aplicação e análise de questionários. Realizar um mapeamento das ações que correspondem aos setores ligados à acessibilidade da universidade e sensibilizar os profissionais do museu para receber pessoas com deficiência.

Em relação às atividades educativas, a ideia era desenvolver atividades voltadas para a promoção de atividades multissensoriais e lúdicas com a finalidade de complementar o circuito expositivo. O intuito era em parceria com os outros bolsistas, desenvolver atividades e jogos relacionados às geociências, tanto no desenvolvimento de jogos novos quanto na adaptação das atividades educativas já existentes no museu. Para apoiar as atividades educativas, é de grande importância o uso da Tecnologia Assistiva para contribuir para uma melhor apropriação do espaço museológico.

No apoio à recepção de público e mediação, é indicada a apropriação do relatório sobre o perfil do grupo agendado de modo que este possa se preparar para atender as especificidades deste em questão e ao chegar o dia da mediação chegar com antecedência para preparar e/ou separar materiais e atividades que serão realizadas com os visitantes.

É necessário acompanhar e orientar as atividades educativas que serão oferecidas ao grupo, assim como colher opiniões dos participantes, de modo a realizar a avaliação da atividade e do museu como um todo. Aos residentes cabe participar das reuniões de avaliação e

capacitação, de modo que a função de mediador seja uma oportunidade de aprendizagem contínua para toda a equipe.

3.1 AÇÕES INTERDISCIPLINARES NO MUSEU DA GEODIVERSIDADE

A Interdisciplinaridade visa um princípio comum a um conjunto de disciplinas científicas, sendo estas associações definidas a partir de um nível hierárquico (ALMEIDA FILHO, 2000). Nesta perspectiva se insere a atuação da Terapia Ocupacional e sua relação com as diversas áreas do conhecimento a partir da ação da residência cultural.

Terapeutas ocupacionais compreendem que é bastante relevante a contribuição de vários profissionais ao longo de sua prática. Da mesma forma, entende-se que a atuação do terapeuta ocupacional na residência cultural não seria diferente. No decorrer da experiência da residência, foi possível criar relações e vínculos importantes de trabalho com bolsistas de diversas áreas devido o projeto ser situado no museu e este possuir um conjunto de bolsistas disponíveis para o referido trabalho.

Devido à necessidade de auxílio para a elaboração e adaptação dos jogos referente ao conteúdo das Geociências, foi necessário o auxílio dos bolsistas do Mgeo. Durante o trabalho desenvolvido, foi observada uma troca mútua de saberes entre residentes e bolsistas. Além da junção de conhecimentos de áreas tão distintas, foi possível explicar a importância do terapeuta ocupacional naquele ambiente, como também esclarecer como a Terapia Ocupacional pode facilitar o acesso e a fruição do conhecimento acerca das Geociências para pessoas com deficiência.

Ocorreram vários momentos de trocas, como: na construção de um *Quiz* sobre o museu, elaboração de um folder acessível, na criação de moldes para adaptação de um jogo e no desenvolvimento da cartilha.

Na elaboração do *Quiz* sobre o museu, uma bolsista de Geografia nos auxiliou com conceitos a serem trabalhados neste jogo, voltado para as pessoas com deficiência visual, mas também deficiência intelectual. O jogo é composto por diversas perguntas que possuem relação com cada sala do museu, com isso foi necessário o auxílio da bolsista para que ela pudesse nos ajudar a como tornar as perguntas mais simples e que pudéssemos resgatar o que há de mais interessante na sala e repassar para o jogo. Este foi pensado para ser preferencialmente jogado após uma visita para relembrar conceitos abordados durante a mediação. Além disso, houve

auxílio na construção desse jogo com o sistema Jogavox a partir de uma bolsista do Núcleo de Computação Eletrônica – NCE que nos proporcionou uma visão de como elaborar um jogo a partir daquela plataforma.

Durante a residência, foram trabalhados diversos tipos de acessibilidade, destaca-se com a construção do folder acessível, a Acessibilidade Comunicacional. Com o folder foi possível estabelecer uma troca de conhecimento com bolsista de Geologia, onde foi iniciada uma discussão de como seria a criação de um folder acessível, especificamente pensando nas pessoas com deficiência visual e intelectual. Foi abordado como seria importante o resumo daqueles conteúdos, assim como o uso de termos mais claros. Foi discutido sobre as imagens que constam no folder original e como estas poderiam ser audiodescritas e sobre a inserção do *QRCode* para facilitar a informação do folder para as pessoas com deficiência visual.

Como já foi relatada, uma das ações da residência é adaptar os jogos que compõem o educativo do museu. Um deles chamado “Labirinto da Geodiversidade” foi adaptado de diversas formas. Uma das ideias a serem elaboradas foi criar um labirinto em formato vazado para facilitar as pessoas com deficiência visual o seu melhor entendimento. Neste caso, quem nos auxiliou a elaborar este molde foi uma bolsista de Arquitetura que se disponibilizou a adequar o arquivo adaptado para ser impresso numa impressora a laser na faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU. Foram realizados alguns encontros e nestes foram discutidos espessura das margens, disposição das figuras no molde, tamanho ideal, material a ser utilizado a fim de tornar o labirinto o mais acessível possível.

Foi elaborada também uma cartilha no qual o intuito foi fornecer dicas simples que podem auxiliar a recepção das pessoas com deficiência nos espaços culturais. Com a cartilha, foi trabalhada a questão da Acessibilidade Atitudinal. Esta foi construída com o auxílio das bolsistas de Terapia Ocupacional e Design, equipe do educativo e professores tanto do curso de Terapia Ocupacional quanto da especialização em Acessibilidade Cultural. Durante a construção da cartilha, foi possível refletir em como este instrumento poderia ser mais acessível possível. Abordou-se questões sobre espaçamentos, margem, tamanho e cor da fonte, disposição das figuras e a cor da própria cartilha, conteúdo da mesma, explicando para o bolsista de Design o porquê e a importância de tais aspectos. Em relação às bolsistas de Terapia Ocupacional, foram trabalhados quais conceitos seriam relevantes e que pudessem auxiliar na Acessibilidade Atitudinal.

3.1.2 Ações extensionistas da Terapia Ocupacional e a Residência Cultural

Durante a elaboração e construção dos jogos com o intuito de disseminar o conteúdo das geociências, foi possível ter a contribuição das professoras do departamento de Terapia Ocupacional que nos auxiliavam com a criação de novos jogos, assim como o aperfeiçoamento daqueles já construídos.

Foi estabelecido que para a construção e o desenvolvimento do trabalho a ser desenvolvido no museu haveria reuniões contínuas. Com isso, uma vez por mês, era realizada uma reunião geral da equipe, onde nela constavam as residentes, a coordenadora do curso de especialização, as bolsistas da graduação e a equipe do educativo onde eram tratadas questões relativas ao trabalho desenvolvido, ideias futuras, além de discutir pendências a serem realizadas.

Duas vezes por mês, era realizada outro tipo de reunião, porém esta composta somente pelas residentes e pela coordenadora do curso. Nesta era abordava-se o andamento do trabalho, dificuldades para a criação e elaboração dos jogos, discussão de novos projetos e ações. Com isso, os momentos de supervisão propiciaram análises constantes dos resultados das intervenções; identificação e elaboração das dificuldades, dúvidas e inquietudes apresentadas; da reflexão acerca dos jogos e suas respectivas indicações e sobre futuras intervenções. Durante essas supervisões, houve a troca de percepções, fazendo com o que houvesse a obtenção de novos saberes e habilidades, enriquecendo a formação que poderá ser convertida em uma prática futura mais eficaz.

Com a inserção da residência no museu, o trabalho foi se moldando para a construção da formação tanto das alunas da graduação em Terapia Ocupacional quanto da especialização em Acessibilidade Cultural. Houve novas propostas como a revisão e a finalização da cartilha, mapeamento das pessoas com deficiência na universidade, mapeamento de instituições que trabalham com pessoas com deficiência do Rio de Janeiro, a fim de iniciar uma formação de público para que estes possam visitar ao museu e avaliar se a criação e a adaptação dos jogos estão adequadas, além da participação dessas bolsistas no trabalho com a adaptação e criação para novos jogos.

Antes de iniciar o trabalho a ser desenvolvido em relação à adaptação e criação de novos jogos, fomos apresentadas aos jogos que compõem a ação educativa do museu.

Foram expostos cinco jogos para serem adaptados: “*Sete Paleoerros*”, “*Colcha dos Fósseis*”, “*Vamos Colorir*”, “*Labirinto da Geodiversidade*” e “*Quebra-Cabeça*”. Com isso, foram discutidas possíveis adaptações com as professoras que são tanto do Departamento de Terapia Ocupacional quanto da especialização em Acessibilidade Cultural.

Ao longo do desenvolvimento dos jogos, foram encontrados alguns desafios para finalizá-los, a falta de material foi um tema recorrente na residência, que influenciou na adaptação dos jogos já mencionados. Com isso, pensou-se em criar novos jogos e a partir destes confeccionar jogos com materiais que se encontravam disponíveis. Foram elaborados oito Jogos e cinco Atividades pedagógicas. Em relação aos jogos, foram criados: “*Bingo de Palavras*” “*Corrida dos Dinossauros*”, “*Jogo da Velha*”, “*Jogo de Perguntas*”, “*Quebra-Cabeça*”, “*Jogo da Memória*”, “*Dominó*”, “*Bingo de Imagens*” e atividades pedagógicas desenvolvidas foram: “*Caça-Palavras*”, “*Sombras*”, “*Escreva/Complete*”, “*Ligue os Pontos*”, “*Recorte e Monte o Dinossauro*” e “*Circule o Dinossauro Carnívoro/Herbívoro*”.

Para apoiar tais jogos, foram confeccionadas regras com textos simplificados através do Software *Araword*¹, pranchas de comunicação, através do Software *Prancha Fácil*² e acionadores para facilitar aqueles indivíduos que possuem alguma dificuldade ou limitação na apreensão e através desta adaptação conseguir usá-lo da forma mais independente possível, estimulando a participação do mesmo nas brincadeiras.

Devido à escassez de materiais já mencionada, esta situação influenciou a confecção e a prática da experimentação dos jogos. Com poucos recursos, os jogos foram confeccionados tardiamente e desta forma implicou na elaboração de testes com usuários de diversos tipos de deficiência. Como consequência a percepção sobre a viabilização dos jogos produzidos foi dificultada em virtude dos poucos testes realizados.

Além de tais visitas mencionadas, é importante relatar que testes com alunos da Universidade seria de grande importância, pois além da avaliação dos jogos, seria uma importante divulgação do museu, porque muitos alunos não conhecem ou não sabem da existência do museu na Universidade assim como visa disseminar o papel da Terapia Ocupacional no museu, mas infelizmente houve um embate quanto a essa questão. Não foi possível conseguir dados de alunos para entrar em contato, só foi possível encontrar e saber a

¹ *Araword* é um processador de textos com pictogramas que utiliza os símbolos do Portal ARASAAC.

² *Prancha Fácil* é um software desenvolvido pelo AssistUFRJ - Núcleo de Pesquisa em Tecnologia Assistiva da UFRJ que pode ser usado como um sistema de comunicação para crianças, jovens e adultos.

precisão exata de quantos alunos que estão na Universidade com deficiência, apesar do número ser pequeno. De acordo com a Pró-Reitoria de Graduação – PR-1, em 2014 dos 46.073 alunos, somente 289 possuem algum tipo de deficiência. Esses dados refletem a trajetória acadêmica de um aluno com deficiência até sua entrada em uma faculdade.

De acordo com o Ministério da Educação – MEC, dos 8,4 milhões de inscritos no Enem, houve atendimento específico para 450 alunos com Autismo, 10.137 com Baixa Visão, 1.042 com Cegueira, 6.308 com Deficiência Auditiva, 19.054 com Deficiência Física, 2.192 com Deficiência Intelectual, 6.613 com Déficit de Atenção, 381 com Discalculia, 2.191 com Dislexia, 1.830 com Surdez e 22 SurdosCegos, totalizando 50.220 alunos.

Durante o curso de especialização, devido grande parte dos alunos pertencerem a outros estados e possuírem profissões distintas, foi possível conhecer professores, gestores, atores, economistas, educadores físicos, terapeutas, entre outros profissionais. No decorrer do curso, estes relataram suas funções em seus respectivos trabalhos, além de abordar ações que desenvolviam com a interface cultura e acessibilidade. A partir desta experiência da especialização foi possível disseminar o trabalho da Terapia Ocupacional, visto que muitos alunos relataram não conhecer a área. Sendo assim, na disciplina Tecnologia Assistiva II, as residentes ministraram uma aula apresentando a turma o que estava sendo elaborado e construído na residência, propostas idealizadas foram apresentadas e projetos futuros foram discutidos. Apesar da grande diversidade que era composta a turma, todos possuíam o mesmo objetivo, aprender e disseminar conteúdos sobre acessibilidade cultural.

Torna-se então importante relatar a importância da experiência da residência cultural e sua relação com a especialização em Acessibilidade Cultural, pois foi por intermédio da residência que foi possível experienciar conteúdos e informações que foram apreendidas durante curso e que acrescentaram de forma bastante positiva a formação.

3.1.3 Capacitação

Já foi mencionada que durante o trabalho desenvolvido, foi elaborada uma Cartilha. Esta dispõe de um conteúdo mais teórico, não menos importante sobre como lidar com a diversidade. Para tornar este tema mais ‘prático’ decidiu-se elaborar uma capacitação, no qual se tornou uma ação importante de orientação ao atendimento de pessoas com deficiência no que diz respeito a acessibilidade atitudinal.

O curso de especialização em Acessibilidade Cultural auxilia na acessibilidade do museu com suas práticas de disciplinas direcionadas a ele, porém somente os produtos vão ser direcionados ao local (adaptações para o acervo, audiodescrição, maquetes táteis, jogos, entre outros). Neste sentido que se insere a importância da capacitação, oferecendo dicas, esclarecendo dúvidas e realizando vivências acerca de conteúdos que foram disponibilizados na cartilha (Deficiência Auditiva, Visual, Intelectual, Física ou Mobilidade reduzida, Idosos e Autismo) para bolsistas e profissionais do Mgeo, estudante da graduação de Terapia Ocupacional e professores da rede pública.

Inicialmente foi realizada antes das palestras, uma vivência com os bolsistas e professores que consistia em visitar o Mgeo com algum tipo de deficiência/limitação. Foram disponibilizado objetos como tapa olhos, protetor de ouvido, ataduras, óculos que distorciam a visão e demonstravam como seria baixa visão, ou quem possui somente visão periférica, por exemplo, órteses que limitavam o movimento de um dos membros tanto superiores quanto inferiores, cadeira de rodas e luvas para diminuir a sensibilidade tátil. Cada pessoa poderia escolher “sua deficiência/limitação” e visitar o museu com a mesma.

Antes da visita foi possível ouvir falas de um mediador: “*Durante a minha mediação eu vou falar de cores, imagens. E eles que não estão enxergando? Eu nunca pensei nisso, como seria uma mediação para as pessoas que não enxergam*”.

E durante a visita foi possível escutar uma conversa entre bolsistas: “*A gente só entende passando por isso né, fica mais fácil de entender. Eu nunca pensei em como seria complicado certas coisas*”.

Ao longo da visita o mediador pronunciava termos para orientação das pessoas como: “ali”, “lá” e no decorrer da mediação ele foi percebendo que estes termos não auxiliavam no que diz respeito a orientação dos indivíduos que decidiram optar por vivenciar aquela experiência a partir dos objetos que correspondiam a deficiência visual ou baixa visão. Então, ele decidiu

utilizar termos como “À sua direita”, “À sua esquerda” para localizar melhor aqueles que não estavam enxergando ou que estavam com sua visão comprometida.

Posteriormente a visita ao museu, foi realizado o “Coffe da diversidade” no qual foi pedido ao público que permanecesse com seus respectivos objetos, com o objetivo de propor uma reflexão aos participantes sobre aquele momento que correspondia realizar uma refeição com algum tipo de deficiência ou limitação. Foi observado que pessoas que não se conheciam elaboravam estratégias para auxiliar umas as outras, constatando maior interação entre os participantes naquele momento.

Durante a capacitação que foi intitulada como: “Curso de Extensão: Aprendendo a lidar com a diversidade” foram realizadas diversas palestras com diferentes temas. A primeira ministrada pelas residentes “Dicas de como lidar com a diversidade” abordava uma contextualização mais prática acerca dos conteúdos da cartilha. Professores do curso de Terapia Ocupacional e da Especialização em Acessibilidade Cultural contribuíram com palestras sobre “Comunicação Alternativa” e “A importância da Tecnologia Assistiva nos ambientes culturais”. As bolsistas da graduação em Terapia Ocupacional que atuam no Mgeo colaboraram relatando suas ações extensionistas e a coordenadora do curso de especialização em Acessibilidade Cultural abordou sobre as Políticas Culturais e a respeito da implantação do curso de especialização.

Antes de iniciar a capacitação, foi aplicado um questionário que continha perguntas sobre ações, termos em relação às pessoas com deficiência e esse questionário foi aplicado também ao final do evento com o objetivo de mensurar quais foram os resultados da capacitação.

Com os resultados, foi possível observar que o curso foi positivo, pois em todas as perguntas o segundo questionário houve a maior porcentagem de acertos perante o primeiro. Todas as perguntas que constavam no questionário foram sanadas durante a capacitação.

Além dos resultados “numéricos”, a capacitação proporcionou ao público a reflexão sobre uma visita ao museu para pessoas com deficiência ou limitação, além de estimular a percepção acerca da importância da acessibilidade para facilitar tanto a mediação quanto o entendimento dos conteúdos que estão dispostos no espaço museológico.

3.1.4 Capacitação EAD “Acessibilidade em Ambientes Culturais”

O curso Acessibilidade em Ambientes Culturais na modalidade EAD teve sua primeira edição em 2013, com duração de 40 horas. O curso ocorreu entre os dias 18 de novembro a 2 de dezembro, com acompanhamento pela plataforma Moodle durante três semanas. Foram marcados dois períodos semanais de acompanhamento online pelo professor do curso para sanar dúvidas e promover a discussão a respeito dos módulos que compõem o curso.

No decorrer da segunda turma de especialização, em parceria com a UFRGS foi realizado um novo curso em EAD de 40h que teve seu início em abril de 2015 e este contribuiu para a formação dos alunos que estavam cursando a especialização. A parceria entre o MinC e as duas universidades federais surgiu da necessidade de capacitar gestores culturais e de ampliar a pauta da acessibilidade cultural (BRASIL, 2016).

A proposta é que a partir do curso concluído pelos alunos da especialização, estes já formados sejam monitores de novas turmas para serem multiplicadores de conhecimento e opinião. Desta forma, ao final da especialização, o aluno receberá a certificação de especialista em Acessibilidade Cultural pela UFRJ e de aluno e monitor de turma do curso de extensão em Acessibilidade em Ambientes Culturais, oferecido pela UFRGS.

A possibilidade de participar de um curso desse porte complementa a formação da especialização e a oportunidade de ser tutor em uma nova turma, possibilita transmitir o conhecimento concebido através da conclusão do curso, com o aporte da especialização.

A terceira edição do curso EAD Acessibilidade em Ambientes Culturais ocorreu entre os dias 07 de março a 04 de abril de 2016, com duração de cinco semanas e horários flexíveis. Ele é composto por 10 módulos e a cada semana dois módulos são disponibilizados e discutidos na plataforma de ensino a distância. O conteúdo é composto por amplo material multimídia (textos, infográficos e vídeos) e necessita de conexão com a internet para ser acessado.

Vale ressaltar a importância da inserção de terapeutas ocupacionais como tutores nesta edição, em razão deste assunto ser pouco difundido entre a Terapia Ocupacional. A partir deste curso há a possibilidade deste tema ser amplamente difundido e discutido entre graduandos e terapeutas ocupacionais já formados em todo o país.

3.1.5 Eventos como potencializador de disseminação da experiência

Durante o período que transcorreu a residência cultural, foi possível comparecer a diversos eventos para disseminar o trabalho que foi desenvolvido no museu.

Foram apresentados trabalhos no XIV Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional, Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT e no II Fórum de Acessibilidade e Tecnologia Assistiva da UFRJ. Dentre estes eventos, a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia da UFRJ, foi o único que além de ter apresentado as adaptações de forma concreta, foi possível testá-las com algumas crianças com deficiência. A SNCT é uma iniciativa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação para promover a difusão de conhecimento técnico-científico a toda população, com foco nos estudantes do ensino fundamental e médio da rede pública de ensino.

A Semana Nacional de Ciência e Tecnologia ocorreu entre os dias 20 a 23 de outubro de 2015, no entanto, somente observou-se a presença de crianças com deficiência a partir do segundo dia do evento. No decorrer do evento percebeu-se uma presença superior de crianças com deficiência auditiva e visual, apesar deste quantitativo ter sido mínimo.

No decorrer do evento, uma criança e sua professora foram ao Stand que correspondia ao Mgeo, a criança possuía deficiência visual. Com sua chegada, foi possível estabelecer uma conversa e no decorrer da mesma, foi esclarecido para ambas o trabalho e as contribuições da Terapia Ocupacional ao museu. A criança ao ser questionada se ela gostava de ir a museus, disse: *“Museu é legal, eu gosto de ir ao museu, mas não dá para tocar em nada, ai fica chato”*.

A partir desta fala, a professora relatou que a turma que esta aluna era inserida foi a uma sessão de cúpula e que a mesma não estava tão motivada a ir como os outros alunos, pois basicamente para entender o conteúdo disposto na cúpula é necessário o auxílio da visão. Vale ressaltar que esta sessão não dispunha de recursos de audiodescrição, inviabilizando a compreensão dos conteúdos por parte da aluna.

Perguntou-se a criança se ela estava interessada em realizar alguma atividade que continha no Stand. A aluna optou pela pintura e ao iniciar a atividade questionou-se o que ela estava compreendendo sobre um exemplo de desenho em relevo que havia sido adaptado (um dinossauro com contorno de barbante). A aluna no decorrer da sua percepção sobre o desenho respondeu que não havia entendido muito bem, mas a partir do momento que foi explicado o que seria e localizado, a mesma conseguiu entender. A professora ao observar esta atividade abordou que para uma melhor compreensão do desenho, seria mais adequado o uso de um objeto em 3D

anterior a ele para apoiar a atividade. A aluna expressou a mesma opinião, e através desta devolução entendeu-se também que figuras inseridas em modo vertical tornavam-se confusas e que para um melhor entendimento seria mais aconselhável àquelas dispostas em modo horizontal.

Foi contada a aluna que havia um stand na feira que continha um livro em Braille e que este apresentava uma história de uma princesa, ela demonstrou bastante interesse, dado que a mesma também já sabia ler em Braille.

Mencionou-se a proximidade do Museu da Geodiversidade ao evento, que ele dispunha de vários elementos sensoriais que podem ser tocados e foi observada a empolgação da aluna perante esta informação. É notório que o interesse pela aluna só se ampliou quando ela percebeu que poderia ter a oportunidade de interação com o espaço museológico.

Quando questionada ao longo da conversa sobre se gostava da escola, a mesma disse que não, gostava mais do ano passado, a partir deste relato perguntou-se o motivo e então a aluna expressou: *“Essa professora não pode ficar mais com crianças especiais e ai não posso mais ficar com ela, isso é muito chato”*. Através desta fala, entende-se que houve em prática exclusão, além de ter gerado um estereótipo perante a criança que vai assim, crescendo com ela.

Segundo Fleuri (2006) quando se há uma abordagem que discute diferenças, esta discussão permeia os conceitos dos estereótipos, preconceitos, discriminações e racismo, assim como sobre processos de inclusão e exclusão social e institucional dos sujeitos diferentes. Para todas as palavras há seu respectivo conceito e no que se refere ao estereótipo, se configura como um modelo no qual se interpreta o comportamento de um sujeito social, sem considerar o seu contexto e a sua intencionalidade e representa uma imagem mental que simplifica determinadas categorias sociais na qualificação de outras. Estas imagens podem criar ou acentuar a diversidade e no que se refere especificamente a este caso, foi acentuada a questão da diversidade.

No decorrer da semana, foram observadas o aumento da presença de crianças com deficiência, principalmente crianças com deficiência intelectual. Apesar deste quantitativo de alunos com deficiência ainda ser pequeno se for comparado a quantidade de escolas que compareceram ao evento. Esse quantitativo reflete uma questão bastante relevante ao que se refere ao ensino brasileiro. Nos dias que se seguiram o evento, continuou-se o baixo público de crianças com deficiência e isso se torna uma problemática para ser questionada e discutida, apesar de que, o país apresentou avanços, de 2003 a 2014, a inclusão na educação básica brasileira passou de 29% para 79%, o que significa crescimento de 381%. O número de

estudantes, que era de 145.141 no início da década, chega atualmente a mais de 698 mil estudantes com deficiência matriculados em classes regulares. O percentual sobe para 93% em escolas públicas e esta política de inclusão também atingiu a educação de nível superior, que registrou aumento de 475% — de 5.078 para 29.221 alunos ingressos nos últimos 12 anos (BRASIL, 2015).

Na feira havia muitos Stands que continha objetos muito interessantes, que despertavam a curiosidade do público, mas que não podiam ser tocados, sendo puramente visuais. Baseado neste contexto, é necessário refletir sobre: “Como fazer essa população se interessar por ciência, se há poucos recursos para facilitar a compreensão desses conhecimentos?”. É nesta perspectiva que se insere a importância da adaptação e criação dos jogos para o educativo do museu, para disseminar esse conhecimento, por vezes restringido pela falta de acessibilidade dos recursos.

Foram observados poucos professores que atuavam em salas de recursos, muitos dos professores que foram ao Stand ficaram interessados com as adaptações. A grande maioria relataram não conhecer a Terapia Ocupacional, como também desconheciam a atuação deste profissional no auxílio desta prática. Dessa forma, é importante disseminar esta prática e que se tenha mais iniciativas de promover eventos como este, e que principalmente mais stands se preocupem com a prática acessível para o repasse dos seus conhecimentos para o público.

Ao longo do evento, foi possível conhecer diversos trabalhos e estabelecer trocas com muitos deles, por meio delas que disseminamos o trabalho desenvolvido no museu, e através desta troca que se tem a iniciativa de fazer com que outras pessoas entendam e reflitam como tornar os conteúdos não somente de ciência e tecnologia acessíveis, é importantíssimo.

No que se refere a outros eventos, houve a possibilidade de ir a diversos que discutiam sobre acessibilidade, como a Oficina sobre livros acessíveis, na qual se intitulou como: “Oficina Formativa do projeto: Todas as Pessoas Têm Direito a Conhecer Todas as Histórias - Livro e Leitura Acessíveis para a Infância Brasileira”, III Encontro Nacional de Acessibilidade Cultural, Acessibilidade em Museus-Casas e Workshop apresentando Jogos e Brinquedos da Brinquedoteca, que foram de grande importância para a elaboração e desenvolvimento do trabalho durante a residência.

3.1.6 Apresentação ao Museu da Geodiversidade para os estudantes de Terapia Ocupacional da Inglaterra

No decorrer da residência, dois estudantes da Inglaterra vieram para o Brasil, especificamente para acompanhar as atividades do curso de Terapia Ocupacional da universidade. Conheceram vários ambientes, locais de estágios, para compreender a atuação do terapeuta ocupacional no país.

Desta forma, foi elaborada uma visita mediada ao Mgeo, com o objetivo dos acadêmicos desfrutarem da possibilidade de conhecer um campo de atuação tanto para os alunos bolsistas da graduação quanto de profissionais já formadas, inseridas na residência cultural.

Após a mediação foi possível mencionar a experiência da residência cultural. Foi relatada a proposta de atuação dos terapeutas ocupacionais no museu, que abarcou a criação e adaptação dos jogos, a importante experiência de trabalho interdisciplinar, capacitação de profissionais entre outras ações que foram desenvolvidas no que diz respeito à acessibilidade cultural.

No decorrer do relato, os estudantes ficaram bastante surpresos em como a atuação do terapeuta ocupacional do Brasil é diferente dos terapeutas ocupacionais da Inglaterra. Eles abordaram que a atuação dos terapeutas ocupacionais no seu país ainda é bastante direcionada aos processos de reabilitação física, e suas ações direcionadas para uma prática hospitalocêntrica.

Discutiui-se sobre a questão da acessibilidade, principalmente arquitetônica e a influência do governo com tais iniciativas. Na Inglaterra, as reivindicações são prontamente atendidas, no que refere ao Brasil, há um percurso a ser caminhado neste sentido.

Foi relatado em como os museus da Inglaterra possuem mais recursos que facilitem a acessibilidade, muitos possuem audioguia, textos em Braille e principalmente a utilização do QRCode para a disseminação do conhecimento.

Nesta mesma situação, a bolsista da graduação em Terapia Ocupacional também apresentou um globo tátil e suas respectivas indicações para o mesmo, sendo este, voltado para pessoas com deficiência visual. O instrumento desenvolvido pode ser útil para a disseminação do conhecimento geográfico das questões do planeta Terra, onde se verifica a diferenciação do núcleo, manto, mares, continentes, entre outros.

Apesar da não inserção do terapeuta ocupacional em ambientes culturais na Inglaterra, observou-se a grande quantidade de recursos acessíveis do país. Esta interação com estes alunos propiciou uma reflexão de como a Terapia Ocupacional vem se constituindo de diferentes formas

em diversos países e possibilitou apresentar a importância deste profissional em ambientes culturais e as possibilidades de atuação a discentes que desconheciam esta prática.

3.2 PROPOSIÇÕES PARA A ATUAÇÃO DO TERAPEUTA OCUPACIONAL NOS MUSEUS

Para se constituir uma experiência cultural, é necessário um espaço potencial. É através desse espaço que se estimulam trocas importantes, gerando a fruição da criatividade do ser. Quando há privações a essas experiências, há dificuldade nas expressões dos sujeitos (WINNICOTT, 1975 apud GALVANESE, et al, 2014). Assim, o terapeuta ocupacional deverá observar o museu de uma forma holística, potencializando ações inovadoras e auxiliando a universalização do acesso e aquisição do direito do cidadão para que não ocorram privações que inviabilizem trocas e experiências para o indivíduo, além de observar se há ações ligadas à acessibilidade cultural presentes no ambiente.

Para promover a acessibilidade em ambientes culturais, é imprescindível conhecer primeiramente suas barreiras de acesso, para posteriormente tentar eliminá-las. Todo e qualquer tipo de barreira dificulta ou impossibilita o acesso do visitante à exposição (MARTINS, 2013) restringindo seu direito de acesso e acentuando a exclusão.

No que diz respeito à acessibilidade a ambientes culturais, é necessário realizar uma avaliação do acervo e do espaço museal. Desta forma, ressalta-se a importância do terapeuta ocupacional utilizar instrumentos de avaliação de acessibilidade. A exemplo disto é possível utilizar um questionário de avaliação de acessibilidade (vide ANEXO) amplamente utilizado durante a especialização. Este questionário dispõe de conteúdos e referências que visam possibilitar futuras avaliações aprofundadas a respeito da acessibilidade no espaço e acervo. Este material está dividido em dois instrumentos, um de avaliação de Acessibilidade Física e outro específico de Acessibilidade em Ambientes Culturais, ambos os questionários foram elaborados pelo Núcleo de Design Gráfico Ambiental da UFRGS. Tais instrumentos oferecem ao terapeuta ocupacional a oportunidade de refletir se tanto o acervo quanto o espaço são acessíveis.

Dorneles (2013) sugere que o terapeuta ocupacional atue como articulador cultural, colocando em diálogo os diversos serviços que atendem pessoas com deficiência com os espaços culturais. Esta interação pode ser viabilizada através da realização de mapeamentos de instituições que atendem este público e assim estabelecer possíveis parcerias.

Este profissional deve atuar como mobilizador, realizando capacitações e eventos que possam disseminar a prática da acessibilidade cultural, sensibilizando profissionais para receber pessoas com deficiência, além de desenvolver atividades que auxiliarão na divulgação das propostas inclusivas do espaço, como a elaboração de uma página eletrônica acessível a respeito do museu.

Para utilização da internet com maior agilidade por parte das pessoas com deficiência, é de grande importância a acessibilização de páginas eletrônicas virtuais. A acessibilidade na web permite que qualquer indivíduo assistido por agentes de *hardware* ou *software* possa entender, conhecer e interagir com o conteúdo museológico disposto no site e assim utilizá-lo de forma eficaz (ROCHA, DUARTE, 2013). Além de divulgar o espaço, garante a universalização de acesso e motiva o sujeito a querer conhecer presencialmente o museu.

Outra possibilidade de difusão de propostas inclusivas é a confecção de *folders* acessíveis a respeito do conteúdo expositivo que o museu dispõe, isso inclui que ao realizar sua confecção, utilizar recursos de audiodescrição, Braille e a utilização de *QRCode* para facilitar o entendimento.

É de grande importância que o terapeuta ocupacional atue em parceria com a equipe da ação do educativo do espaço desenvolvendo atividades voltadas para a promoção de ações educativas acessíveis, auxilie na criação e adaptação de jogos e atividades pedagógicas, além de estabelecer vínculos com outros profissionais do espaço para que estes possam a partir de suas experiências contribuir para tornar o espaço museal e seu acervo acessível. O diálogo entre diversos profissionais fornece uma expansão de conhecimentos, viabilizando um encontro de saberes onde propiciam discussões que se potencializam e conferem em maior efetividade às ações e propostas de acessibilidade.

Torna-se necessário que o profissional elabore conteúdos informativos sobre acessibilidade, confeccionando cartilhas indicando que a informação é primordial para eliminar as barreiras do preconceito e discriminação, promovendo o respeito à diversidade humana (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2011).

No que diz respeito ao espaço museológico, o terapeuta ocupacional auxilia na adaptação e na criação de recursos, através do uso da Tecnologia Assistiva. Esta área dispõe de uma grande variedade de recursos como pranchas de comunicação, acionadores, comunicadores, utilização de *QRcode*, entre outros para contribuir para uma melhor apropriação do espaço. Além desses

exemplos mencionados, pode-se pensar em outras possibilidades de recursos acessíveis como maquetes táteis, réplicas das obras, audioguias, utilização de LIBRAS, Braille, entre outros.

Um espaço torna-se rico, quando ele compõe um ambiente multissensorial, onde nele é possível extrair recursos que estimulam os diversos sentidos. O terapeuta ocupacional compreende que quando os diversos sentidos são estimulados, há um favorecimento no entendimento do sujeito a partir de suas experiências. Dessa maneira, ao longo da exposição o terapeuta ocupacional pode fazer uso de diversos recursos que podem auxiliar pessoas com diferentes tipos de deficiência a compreender conteúdos importantes que são dispostos ao longo da exposição a partir da estimulação dos sentidos, oferecendo ao sujeito a compreensão de um conteúdo a partir de uma nova perspectiva.

O terapeuta ocupacional possui habilidade para apoiar à recepção e mediações para pessoas com deficiência. Ao final da visita, o profissional poderá fazer uso de questionários de avaliação para o público sobre o espaço, mediação e posteriormente sobre as atividades pedagógicas que foram realizadas com a finalidade de colher opiniões dos participantes. É importante elucidar que esses questionários devem estar acessíveis para o público, uma vez que estas estratégias visam o aperfeiçoamento de tais atividades tornando este ambiente acessível.

No decorrer do estudo, fica claro que o terapeuta ocupacional por possuir conhecimento sobre diversos tipos de deficiência e atuar nas três esferas do desempenho ocupacional, que se configuram em trabalho, atividades da vida diária – AVD e lazer auxilia na construção de propostas e promove ações que facilitam e garante o direito de acesso, fortalecendo e ampliando iniciativas para a construção de uma política cultural democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relato acerca da atuação do terapeuta ocupacional em museus a partir da experiência da residência cultural possibilitou elaborar reflexões perante a atuação do terapeuta ocupacional em ambientes culturais.

Com o aporte da Especialização em Acessibilidade Cultural, o conhecimento singular do terapeuta ocupacional a respeito de acessibilidade se expande, favorecendo novos olhares para novas ações que não foram contemplados durante a graduação em Terapia Ocupacional.

Atualmente, a compreensão sobre saúde como produção de vida é desenvolvida através

de propostas voltadas para transformações de espaços sociais e culturais. O estímulo à participação social e a vivência com a alteridade tem motivado terapeutas ocupacionais nesse processo a refletirem sobre a qualidade do acesso de pessoas com deficiência aos serviços e eventos culturais (GALVANESE, et al, 2014) a voltarem as suas práticas para este âmbito, desmistificando a relação saúde x doença na prática do terapeuta ocupacional.

Merece destaque a importância desse incentivo à primeira residência cultural para terapeutas ocupacionais. Essa ação inovadora promove a reflexão sobre questões sociopolíticas do país relacionadas às práticas de inclusão sociocultural e estimulam a produção de saberes e modelos de ações transformadoras (COUTINHO et al, 2009).

Devido à grande escassez de trabalhos de terapeutas ocupacionais sobre suas práticas em ambientes culturais, há uma inviabilização da disseminação da prática do profissional neste campo. Assim, torna-se essencial o estímulo às práticas e trabalhos nesta área, para que se promova além de discussões, uma atuação mais eficiente.

Ao longo desta primeira experiência de uma residência com enfoque cultural, houve alguns desafios que dificultaram a continuidade do projeto de uma forma mais eficaz, no que diz respeito à viabilidade dos jogos elaborados e adaptados. Dessa maneira é necessário avaliar os jogos e testá-los com indivíduos de diferentes faixas etárias e diversos tipos de deficiência. Logo, há uma necessidade de se elaborar um estudo sobre a avaliação dos jogos confeccionados durante a residência para suprir esta demanda e entender a importância deste potente recurso na compreensão a respeito do conteúdo das geociências.

O museu torna-se para o aluno em formação, um território de experiências. A partir da experiência da residência cultural, torna-se necessário estimular estágios acadêmicos em ambientes culturais, tornando mais rica a formação do terapeuta ocupacional.

Há uma necessidade de reflexão quanto à expansão de práticas dos bolsistas de graduação em Terapia Ocupacional para além do projeto “Um museu para todos: adaptação da exposição Memórias da Terra (Museu da Geodiversidade – IGEO/UFRJ) para inclusão na pessoa com deficiência” já inserido no museu.

Não há inserção de um terapeuta ocupacional compondo a equipe interdisciplinar do espaço. O único vínculo de terapeutas ocupacionais com o museu é a partir da residência cultural, todavia, as residentes possuem um contrato no qual estabelecem um vínculo com duração de um ano. O estímulo para inserção de discentes de graduação em Terapia Ocupacional se deu a partir

do projeto e, ainda que pautada numa ação interdisciplinar, avaliamos a importância da supervisão de um profissional desta área para orientar as práticas específicas de atuação. A discussão sobre cultura e acessibilidade ainda é incipiente na graduação, sendo este espaço de prática um importante cenário de convocação para este debate.

A experiência da residência e este estudo provoca um incentivo a prática de terapeutas ocupacionais e acadêmicos em museus. Fomenta a difusão de novas propostas, o estímulo às práticas e a elaboração de trabalhos propiciando um avanço nas discussões acadêmicas, além de elucidar a importância deste profissional como um elemento potencializador no avanço à acessibilidade em ambientes culturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBINATI, Mariana. O território nas políticas culturais para as cidades. **Políticas Culturais em Revista**, v. 2, n. 2, 2010.

ALMEIDA FILHO, Naomar de. Intersetorialidade, transdisciplinaridade e saúde coletiva: atualizando um debate em aberto. **Revista de Administração Pública**, v. 34, n. 6, p. 11-34, 2000.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Dicas de convivência com pessoas com deficiência. Porto Alegre: Corag, 2011.

BRASIL. Ministério da Cultura (MINC). Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/>>. Acesso em: 02 Fev 2016.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Educação Especial. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 04 dez 2015.

BARTALOTTI, Celina Camargo; CARLO, Marysia Mara Rodrigues do Prado. De (orgs.). **Terapia Ocupacional no Brasil—Fundamentos e Perspectivas. São Paulo: Plexus Editora**, 2001.

BECHARA, Evanildo. Dicionário Escolar da Língua Portuguesa-Academia Brasileira de Letras segundo as normas do acordo ortográfico. **IBEP NACIONAL**, 2009.

BERSCHE, Rita; TONOLLI, J. Carlos. Introdução ao conceito de tecnologia assistiva. 2006. 2011.

BRASIL. Ministério da Cultura (MinC)/Secretaria de Articulação Institucional (SAI). **Proposta de estruturação, institucionalização e implementação do Sistema Nacional de Cultura**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2009/11/03/semana-da-cultura-2/>>. Acesso em: 04 out 2015.

BRASIL. Lei n. 10.048, de 8 de novembro de 2000 - Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial Uniao. 09 nov 2000.

CARDOSO, Eduardo. Recursos de acessibilidade em ambientes culturais: contextualização e aplicações Em: CARDOSO E. CUTY J., **Organizadores. Acessibilidade em ambientes culturais/-Porto Alegre: Marca Visual**, p. 38-59, 2012.

CARVALHO, Claudia Reinoso Araújo de. **A atuação dos terapeutas ocupacionais em unidades públicas de saúde da cidade do Rio de Janeiro**. 2010. Tese de Doutorado. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca.

CARVALHO, Diogo. Políticas culturais. **Políticas Culturais em Revista**, v. 5, n. 2, p. 164-168, 2013.

CASTRO, ARSF et al. O Museu da Geodiversidade (MGEO–IGEO/UFRJ) nos desafios da sociedade contemporânea. **Paleontologia: Cenários de vida. Rio de Janeiro: Interciência**, v. 3, p. 817-29, 2011.

CASTRO, A. R. de S. F. de; GRECO, P. D.; PEREIRA, E. M. R.; DIOGO, M, C.; CARVALHO, I. S. O Museu da Geodiversidade (MGEO - IGEO/UFRJ) nos desafios da sociedade contemporânea. *In*: Ismar de Souza Carvalho; Naendra Kumar Srivastava; Oscar Strohschoen Jr.; Cecília Cunha Lana. (Org.). *Paleontologia: cenários de vida*. 1ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2011, v. 4, p. 829-842.

CASTRO, Aline Rocha de Souza Ferreira de. Caminhando em direção ao museu inclusivo: diagnóstico de acessibilidade da exposição “Memórias da Terra” (Museu da Geodiversidade–IGEO/UFRJ) com o mapeamento das intervenções necessárias. 2014. 101f. Monografia em Acessibilidade Cultural - Faculdade de Medicina. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

COFFITO. Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Resolução nº. 383, de 22 de dezembro de 2010. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.coffito.org.br/>>. Acesso em 12 de out 2015.

COUTINHO, Sylvio et al. Ações de Terapia Ocupacional no território da cultura: a experiência de cooperação entre o Museu de Arte Contemporânea da USP (MAC USP) e o Laboratório de Estudos e Pesquisas Arte e Corpo em Terapia Ocupacional. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 20, n. 3, p. 188-192, 2009.

_____. Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. Disponível em: Acesso em: 14 out.

DORNELES. Terapia Ocupacional e Cultura: Contextos e Possibilidades. Disponível em:<<https://sites.google.com/site/terapiacupacionalecultura>>. 2014. Acesso em 15 out. 2015.

DORNELES, P. S. **T.O nas políticas, programas e nas ações artístico - culturais Pontos de Cultura/Espaços Culturais**. Trabalho apresentado no XII Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional, 2013.

DORNELES, Patricia Silva; JUNIOR, Geraldo Albertacci. Rede De Articulação, Fomento e Formação: O Curso De Especialização Como um Instrumento da Política Acessibilidade Cultural Para Pessoas Com Deficiência. 2013.

DORNELES P. **Identidades Inventivas** – Territorialidades na Rede Cultura Viva da Região Sul – Programa Cultura Viva - Ministério da Cultura. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Geografia. UFRGS. 2011.

FEDERAL, Senado; DE INFORMAÇÕES, Subsecretaria. LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000. **Estabelece normas gerais e critérios**.

FLEURI, Reinaldo Matias. Políticas da diferença: para além dos estereótipos na prática educacional. **Educação & Sociedade**, v. 27, n. 95, p. 495-520, 2006.

GALVANESE, Ana Tereza Costa et al. A produção de acesso da população idosa ao território da cultura: uma experiência de Terapia Ocupacional num museu de arte. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar (Impr.)**, v. 22, n. 1, 2014.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro, 2010.

KATHLEEN, B.S. A história da Terapia Ocupacional. In: NEISTADT, M.E.; CREPEAU, E.B. (Orgs.). **Willard & Spackman: Terapia Ocupacional**. 9.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. cap.49. p.796-805.

LACERDA, Alice Pires de; GOMES, Eduardo José dos S. de Ferreira. Sentidos da Democracia e dos direitos culturais no campo das políticas públicas. *Políticas Culturais em Revista*, 1(6), p. 38-53, 2013.

MARTINS, Luciana Conrado et al. Que público é esse. **Formação de públicos de museus e centros culturais. São Paulo: Percebe**, 2013.

_____. **Metas do Plano Nacional de Cultura**. Brasília: Minc, 2012. 216p. Disponível em:<http://www.cultura.gov.br/documents/10883/11294/METAS_PNC_final.pdf/>. Acesso em 05 out 2015.

NARDI, Antonio E. et al . A humanistic gift from the Brazilian Emperor D. Pedro II (1825 - 1891) to the Brazilian nation: the first lunatic asylum in Latin America. **Arq. Neuro-Psiquiatr.**, São Paulo , v. 71, n. 2, p. 125-126, Feb. 2013.

PEREIRA, Mario Eduardo Costa. Pínel-a mania, o tratamento moral e os incios da psiquiatria contemporânea. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 7, n. 3, p. 113-116, 2004.

ROCHA, Janicy Aparecida Pereira; DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal. Diretrizes de acessibilidade web: um estudo comparativo entre as WCAG 2.0 e o e-MAG 3.0. **Inclusão Social**, v. 5, n. 2, 2013.

SASSAKI, R. K. *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos* (7a ed.). Rio de Janeiro: WVA. **Escola de Gente – Comunicação em Inclusão. Terminologia**, 2006. Disponível em:<<http://www.escoladegente.org.br/terminologia.php>>. Acesso em: 23 dez 2015.

UNESCO. Convenção sobre a promoção e proteção da diversidade das expressões culturais. Texto oficial ratificado pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo 485/2006. Disponível em: <<http://www.brasilia.unesco.org/.../convendivercultural.pdf>>. Acesso em 30 Set. 2015.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/>>. Acesso em 02 Fev 2016.

